

EDITAL

MARCO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR:

Torno público, nos termos do disposto na alínea t) do nº 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o meu despacho de 06 de setembro de 2019, que produz efeitos a partir de 09 de setembro de 2019, de delegação e subdelegação de competências no Vereador Senhor **José Fernando da Silva Moreira**, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

E eu, *V. do Pei Santos*, Técnica Superior o subscrevo.

Paços do Município de Gondomar, 06 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)

**GONDOMAR**

25902/2019

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

DESPACHO**DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES****DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS****SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1 - Nos termos do nº 1 do artigo 56º e do nº 4 do artigo 58º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, por despacho de 27 de outubro de 2017, o **Sr. José Fernando da Silva Moreira**, foi designado como Vereador, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**, a quem ficam afetas a coordenação e supervisão das atividades a desenvolver nos seguintes âmbitos e pelouros:

- Ambiente e Espaços Verdes
- Mercados e Feiras Promocionais
- Proteção Animal
- Florestas e Recursos Naturais

2 - Ao Senhor Vereador incumbe, ainda, a gestão corrente, designadamente o acompanhamento do funcionamento, a gestão de horários, as autorizações de cedência e/ou ocupação e o reporte de necessidades de intervenção, dos seguintes equipamentos municipais:

- Parque da Cal;
- CROAG;
- Centro de Educação Ambiental da Quinta do Passal;
- Parques urbanos e passadiços.



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

3 – Assim, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 36º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, ficam **DELEGADAS no referido Vereador**, nos âmbitos antes indicados, as seguintes competências:

- a) Representar o município em juízo e fora dele - alínea a) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;
- b) Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal, com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos - alínea l) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- c) Promover a publicação das decisões ou deliberações – alínea t) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal – alínea c) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Outorgar contratos em representação do município – alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Praticar os atos que no Regulamento do comércio a retalho não sedentário do Município de Gondomar estão cometidos ao Presidente da Câmara – artigo 2º.

4 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal, de 26/10/2017, me foram delegadas competências, nos termos do disposto no Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, ficam **SUBDELEGADAS, no referido Vereador**, nos âmbitos antes indicados, nos termos do nº 2 do artigo 36º, da Lei antes referida, assim como, ao abrigo dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, as seguintes competências:

- a) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central - alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- b) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património – alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;



GONDOMAR

2. Suro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- c) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal - alínea *ff*) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos - alínea *ii*) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos - alínea *jj*) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Praticar todas as competências conferidas à Câmara Municipal e especificadas no Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Gondomar - artigo 2º do Regulamento, e DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua atual redação.

Paços do Município de Gondomar, 6 de setembro de 2019

O presente despacho produz efeitos a 9 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

(Dr. Marco Martins)